

PLANO MINAS GERAIS

2019-2022

RESGATAR A DIGNIDADE DOS MINEIROS





O CONTEXTO ATUAL

Minas Gerais anda sem rumo. Paira a desconfiança entre seus habitantes. O estado encontra-se em sua maior encruzilhada, provavelmente, a mais perigosa delas, desde quando se constituiu como capitania no século XVIII.

A economia do estado perdeu força vertiginosamente. Outrora pujante, a sua dinâmica afrouxou em todos os quadrantes de seu território. De nada adianta alegar que Minas Gerais possui o terceiro PIB do Brasil em valores nominais, se, atualmente, há sinais inquietantes de decadência e constrangedores reflexos negativos no cotidiano da vida social, cultural e econômica de seus habitantes em todos os seus 853 municípios.

A população mineira, diante de um governo descomprometido de enfrentar os desafios e incapaz de ofertar soluções que harmonizem o curto e o longo prazos, padece com a deterioração dos serviços públicos, principalmente aqueles que asseguram dignidade. A indiferença dos governantes atuais, ao se limitarem à prática da desculpa à população, contrapondo o quadro de grave crise no funcionamento da máquina pública, causa perplexidade a todos os mineiros.

Em curtíssimo espaço de tempo, diferentemente de outros entes da Federação, Minas retrocedeu ao século XX. Abandonou-se o planejamento e o diálogo indispensável entre as instituições públicas e com a sociedade civil com vistas a perscrutar o futuro.

A ausência de direção nas políticas governamentais trouxe como consequência a ineficiência do papel do Estado para atender as reais necessidades da população. Esse quadro vem sendo agravado pela omissão em relação a problemas gravíssimos que perpassam as dimensões econômica, social, educacional, ambiental e da gestão da coisa pública.

O sintoma mais grave e preocupante desse cenário desalentador é a desesperança, hoje, instalada em milhões de cidadãos mineiros. O Estado, que deveria ser o principal indutor das atividades econômicas e fomentador do desenvolvimento, a fim de permitir que a família garanta o seu sustento, passou a conduzir o seu próprio retrocesso. Por outro lado, os serviços públicos encontram-se em nítido declínio de qualidade, não sendo capazes de dar atenção e segurança aos cidadãos que deles dependem.

Servidores públicos, de todas as categorias, estão indignados com a atual situação. Os que estão na ativa sentem-se desmotivados a cumprir suas funções, e os aposentados, humilhados. Empresários, de qualquer ramo ou porte de atividade, estão apreensivos por só enxergarem sombras no horizonte de seus negócios.

Prefeitos e vereadores, angustiados e impedidos de dar sequência à boa gestão de suas comunidades, recorrem ao governo em busca dos recursos usurpados de seus municípios e encontram a muralha do silêncio.

Minas Gerais não só encolheu economicamente. Deixou de ser uma terra de oportunidades. Vinte e um milhões de mineiras e mineiros sentem-se diminuídos e veem os seus sonhos aprisionados. A população respira perplexidade e abandono diante da inexplicável paralisia do governo, sem compreender a ausência de diálogo de seus representantes com as esferas interfederativas e a sociedade civil.

O mais inquietante, todavia, é assistir à descrença tomando conta da alma de jovens mineiros e vê-los em êxodo para além das fronteiras das nossas montanhas em busca de uma vida melhor.

No momento em que o Brasil começa a demonstrar sinais de retomada do crescimento, o que mais impressiona em Minas são as marcas da apatia e do desinvestimento, considerando-se que, até pouco



tempo, era sinônimo de território cheio de oportunidades.

Para que Minas Gerais não permaneça com a sua autoestima baixa, apresento a todos os mineiros as diretrizes gerais para governar e superar o estado de incerteza em que vivemos, trazendo-lhes alternativas para construirmos, em conjunto, balizas seguras para se alcançar a máxima a qual defendo: **reconstruir os caminhos da prosperidade, transformar a vida dos mineiros e resgatar a sua dignidade.**

A HISTÓRIA QUE CONSTRUÍ

Volto a apresentar-me à disputa para o cargo de governador do Estado com a elevada missão de reconstruí-lo e de reconquistar o seu papel de destaque na Federação.

Quero me juntar a todos os que sonham com o reencontro de um ambiente de liberdade, prosperidade, de paz e de segurança, em cada lar, em cada rua, em cada cidade e em seus campos. Quero lutar, desde o primeiro dia de governo, por uma educação transformadora, de padrão mundial, para as crianças e jovens que estão nos bancos das escolas públicas e privadas, e trazer de volta aquelas que evadiram dos educandários. Quero dedicar-me, igualmente, à retomada da qualidade do serviço de saúde pública para toda a população.

E, não menos importante, quero resgatar o respeito a todos os cidadãos, servidores públicos e aposentados e propiciar, àqueles que defendem os valores de nossa terra, a colheita dos frutos de sua dedicação.

Conheço profundamente todos as regiões do estado, as peculiaridades da nossa economia, as nossas

potencialidades, os nossos problemas e desafios. Conheço os sentimentos e a alma fecunda da nossa gente. Já governei o Estado e, agora, bem mais motivado, me apresento para voltar a liderar a transformação que Minas Gerais tanto precisa.

Meu olhar é à frente e não mira o retrovisor da história. Estou despido de rancor, de preconceitos e sem sectarismos ideológicos, que tanto mal fizeram a Minas em seu passado recente. Quero um estado planejado, com visão larga e de longo prazo, capaz de mobilizar os mineiros para participar de seu processo de reconstrução e de seus pilares, hoje corroídos, vitais à retomada do investimento. Serei obstinado no resgate de uma gestão pública eficiente, sem desperdícios, fortemente motivada, comprometida com o cidadão na prestação de serviços de qualidade.

Quero plantar um canteiro de novas oportunidades para o nosso povo e para aqueles que forem atraídos para uma Minas novamente próspera.

Estamos no auge da pior crise econômica e institucional já vivida pelo estado nos últimos 50 anos. É imbuído de coragem e serenidade para enfrentar essa realidade que hoje vivenciamos, valendo-me da transparência para mostrar à população a real situação do estado, que me apresento como candidato.

É preciso remover as pedras do caminho, reacender a chama da esperança no coração dos mineiros de que dias melhores estão por vir. É hora de reconstruir Minas Gerais e a dignidade de seu povo, tijolo em cima de tijolo.

Com respeito, me proponho a liderar essa reconstrução!

Sou graduado em Direito pela UFMG, onde faço parte do quadro de professores. Sou servidor público. Iniciei minha carreira em 1984, na Fundação João Pinheiro, da qual cheguei a ser o seu presidente. Em



1989, tornei-me assessor do relator da Constituinte Mineira.

Entre os anos de 1991 e 1994, exerci os cargos de secretário adjunto e secretário de Estado nas pastas do Planejamento, Cultura, Recursos Humanos e Administração. Já no Governo Federal, em 1995, assumi o cargo de secretário Executivo do Ministério do Trabalho e, no ano de 1999, o cargo de secretário executivo do Ministério da Justiça, onde atuei diretamente nas políticas de combate às drogas e ao crime organizado.

De volta a Belo Horizonte, retomei o ensino de Direito na UFMG e o exercício da advocacia. Em 2003, ao assumir a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, estruturei extensa agenda de inovações e de modernização do Estado e, concomitantemente, estive à frente da Secretaria de Estado de Defesa Social, em 2005.

Em 2007, assumi o cargo de vice-governador do Estado. Em 2010 assumi pela primeira vez o cargo de governador do Estado. O reconhecimento da população pelo trabalho e pelos resultados alcançados durante o governo de até então confirmou-se no resultado das eleições daquele ano, quando fui reeleito governador para o período de quatro anos, cargo que exerci até 2014.

Em 2014, com mais de cinco milhões de votos, fui eleito senador para o período 2015/2022 tendo como principais bandeiras a rediscussão da Federação e a descentralização dos poderes da União, onde continuo a exercer o meu mandato.

Presentemente, sou vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo relatado mais de 300 matérias em pouco mais de três anos de atividade parlamentar.





MINAS E OS DESAFIOS DO FUTURO

O conceito do novo que a sociedade anseia é a capacidade de ver a realidade transformada com senso de responsabilidade, justiça, ética e transparência diante de um quadro de completa exaustão de expectativas por parte dos cidadãos nas políticas públicas e nos seus representantes.

Não existem fórmulas mágicas para construir pontes sólidas para o futuro sem que o governante entenda e priorize a enorme dívida que tem o Estado para com os esquecidos e excluídos do acesso aos bens e serviços básicos e, ao mesmo tempo, lide com os enormes desafios de tornar o território mais competitivo para a geração de empregos e oportunidades.

Se não forem ofertados às pessoas meios concretos para que satisfaçam as suas necessidades ou se a elas não forem asseguradas as condições para que possam escolher seu próprio projeto de vida, não haverá como concebê-las, efetivamente, como cidadãos livres e autônomos. A liberdade, portanto, se ampara em *oportunidades* e *escolhas*. Construir o futuro pressupõe liberdade a todos, e que não seja tão tarde!

No entanto, existem obstáculos que impedem o exercício da liberdade e da cidadania e favorecem a perpetuação da chaga da desigualdade social. Enquanto não for assumida a gravidade do aprisionamento de uma parcela significativa da população em uma realidade desumana, não será possível exercitar a prática da solidariedade, da igualdade e fazer florescer o senso de dignidade a essas pessoas.

A desigualdade se relaciona com os níveis de acesso a bens e serviços primários, sem os quais se tornaria impossível suportar a própria existência. Contudo, para avaliar as faces da desigualdade, não

se deve adotar somente parâmetro único, como a distribuição da renda, pois inúmeros outros fatores são importantes para as pessoas que vivem em um ambiente de marcantes diferenças sociais, econômicas e culturais.

Tais fatores não devem ser encarados de forma estanque. O mundo avança rapidamente e as necessidades das pessoas também. Assim, a visão de bem-estar deve manter-se em constante evolução, a fim de garantir uma inserção, de fato, das pessoas que hoje se encontram à margem do acesso a bens e serviços.

A desigualdade social ainda instalada em diversos bolsões dentro do nosso território parece se perpetuar no tempo e precisa de um basta! Por exemplo, embora a taxa de analfabetismo não se encontre mais nos patamares aberrantes como das últimas décadas, contrasta com esses dados a alarmante taxa de analfabetismo funcional. Se pela educação se perfaz uma ação transformadora, ao dar às pessoas condições para decidir sua própria história, sem ela, não há como garantir sua autonomia.

O Estado antiquado é aquele que se mostra alheio a induzir a criação de oportunidades e de assegurar o direito de escolha a seus cidadãos e que só faz secularizar a desigualdade social, mantendo um status de imobilismo social.

Por essa cruel circunstância, toda e qualquer privação ao que for essencial para a autodeterminação do indivíduo deve ser incluída na noção multidimensional de pobreza, a fim de que se dê novo significado à ação governamental e, com a participação da sociedade, se busque dar um novo padrão de vida para os mineiros desassistidos e postos à margem. Esse é um desafio que envergonha a todos, e a sua superação não pode mais ser procrastinada.

Esse padrão a ser perseguido se dá de maneira integrada com políticas de enfrentamento à pobreza,



com acesso à saúde, à educação e, principalmente, na geração de oportunidades reais de geração de renda. Não é mais concebível aceitar políticas que meramente gerenciam a pobreza, incapazes de criar condições e oportunidades para romper a desigualdade social. Entendo ser urgente criar mecanismos para que os cidadãos encontrados nos níveis de pobreza possam ter oportunidades efetivas e escolher, com liberdade, o seu caminho.

É possível sim superar a pobreza, vencer a miséria que humilha e oferecer condições para que essa parcela de mineiros desprotegidos possam sentir-se dignos perante os seus e nas comunidades em que habitam.

Nas portas da terceira década do século XXI, não mais se admitem erros ou omissões das lideranças políticas, empresariais e da sociedade no vencer a pobreza, no determinar o rumo da economia, na fixação de um padrão de educação básica de classe mundial e no atendimento aos novos parâmetros de infraestrutura social e econômica, na cidade e no campo, com os quais as pessoas, cada vez mais exigentes, esperam contar.

AS OPORTUNIDADES

Para que possamos avançar para a Minas Gerais do futuro, a que sonhamos e pela qual todos lutaremos, precisamos, analisando o contexto de desafios, abraçar as oportunidades. Mas não basta aguardarmos que elas apareçam. Temos de promovê-las. Por isso, daqui para frente, a palavra de ordem é **INOVAÇÃO**. Aplicada em todas as áreas e setores na gestão do Estado, devendo ser adotada por meio de uma agenda de incentivos, com vistas a estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento, ao empreendedorismo e à superação definitiva da chaga

da pobreza. Trata-se, portanto, de um caminho sem volta!

Sociedades mais avançadas, cada vez mais, demonstram sintonia entre governos, iniciativa privada e sociedade civil. O foco é a busca de sinergia entre o dinamismo do setor privado e o setor público, em prol de um ambiente cada vez mais favorável ao investimento.

Minas Gerais possui extensão geográfica e uma população comparáveis a um país. Urge inspirar a sua agenda de desenvolvimento e a sua estratégia de competitividade na direção de níveis de bem-estar e de avanços tecnológicos alcançados por outros países e não apenas aqueles percebidos nas fronteiras de seu território.

O futuro desejado para os mineiros nos próximos anos, mais que calçado em um planejamento de longo prazo bem fundamentado, que faça elevar o crescimento em bases sustentáveis, requer assertividade na implementação de ações e estratégias para as quais o papel do Estado e de outros atores da sociedade devem ser precisos e alinhados em uma mesma direção, em estreita conjugação de esforços para adentrar de vez a era do conhecimento.

A próxima agenda de desenvolvimento deve ser referenciada em parâmetros globais. Será uma agenda conjunta entre todos os atores da sociedade e do poder público, que foque a diversificação da economia e o ambiente digital.

Sua financiabilidade vai requerer novos arranjos criativos, em que parcerias de capitais e de serviços entre os setores público e privado serão viabilizados dentro de marcos legais atualizados, simplificados e respeitados.

Questões como o provimento de novas fontes de energia renovável, saneamento, tratamento de resíduos sólidos, água potável e meios de comunicação, mobilidade e ordenamento urbano, infraestrut-



tura para a conectividade física de bens e pessoas, processos industriais, da agropecuária e de serviços avançados, deverão ser pautadas pelo embarque massivo do que está sendo disponibilizado pelas novas fronteiras da tecnologia.

O estado, como exemplo de um novo tempo, deve conquistar na próxima década a mais significativa evolução de indicadores de vida, de geração de renda *per capita*, de melhor mobilidade e conectividade, e ser o espaço geográfico mais descomplicado e desburocratizado a promover o investimento em todo o Brasil.

Minas Gerais precisa estar inserida no século XXI de forma mais próspera e com o melhor nível de educação do país. Precisa estar preparada para criar mais conteúdo tecnológico e oportunidades para todos os seus cidadãos e suas empresas, com massiva criação de empregos e capaz de atrair novos negócios em ambiente dinâmico e de confiança.

Nenhum mineiro ou mineira ficará para trás!

FUNDAMENTOS PARA A RETOMADA DO PAPEL DO ESTADO

A incapacidade do atual Governo Estadual de lidar com o desajuste das finanças públicas prejudica a qualidade dos serviços públicos e a garantia de sua oferta permanente, assim como impõe privações ao cotidiano dos servidores.

O descompasso entre a receita e os gastos públicos impossibilita que Minas Gerais realize os investimentos necessários para manter, ou ampliar, sua competitividade econômica, tanto no nível nacional quanto internacional. O resultado do desinvestimen-

to é, claramente, a perda de posições de trabalho, de receita pública e da disponibilidade de custear os serviços públicos, criando-se, assim, um cenário de medo e incerteza para todos os mineiros.

Somente será possível alcançar a efetividade no gasto dos recursos se as políticas públicas forem desenvolvidas para satisfazer as necessidades reais da população mineira. Considerando-se, ainda, a extensão e a diversidade do território de Minas Gerais e o cenário de desigualdade que se agrava, não há outro modo de conceber a atuação do governo sem que ele adote a premissa de valorizar as pessoas.

Vamos **governar com e para as pessoas**, compreendendo-as não apenas como meras usuárias dos serviços públicos, mas como beneficiárias, cujos elogios, queixas e necessidades serão recebidos com seriedade para avaliar a sua efetividade e para que sejam tomadas medidas de ajuste.

Ante a atual ausência de um planejamento de longo prazo, é premente estabelecer o processo de construção mútua do rumo a ser seguido para concretizar a transformação do estado de Minas Gerais.

Assim, o processo de criação da visão de futuro contribui para identificar, entre outros, as atuais deficiências estruturais, as necessidades e desejos da população, as possíveis medidas para contornar problemas que podem dificultar ou impedir o alcance dos objetivos de longo prazo e oportunidades para o desenvolvimento do estado.

Desse modo, o Estado se deslocará de uma postura passiva e meramente reativa, a qual se limita a responder aos problemas imediatos, para um patamar de gestão inteligente que lhe dará credibilidade para tomar todas as medidas, e entender as ações imediatas em um contexto de longo prazo.

A **austeridade** é atitude necessária para a retomada das condições de investimento público, o que representa, principalmente, a redução do inchaço da má-



quina pública e o corte de gastos supérfluos. Exigirá esforço para estabelecer prioridades na alocação de recursos, os quais devem estar voltados, por exemplo, para a retomada da competitividade econômica, para maior oferta de posições de trabalho e para a redução das desigualdades entre regiões. Prioridades devem estar fixadas de forma muito clara e o objetivo principal, estruturar uma máquina pública mais leve e menos onerosa, deve ser reconhecido no primeiro movimento do governo,

A **credibilidade**, evidenciada pelas atitudes e total transparência, em todas as decisões e ações do governo, é passo fundamental para resgatar a confiança e a segurança necessárias à formação de um extenso arco de parcerias, com vistas à modernização das atuais estruturas e, em momento seguinte, uma agenda de atração de novos investimentos. De forma direta, a credibilidade do governante é evidenciada quando se mantém e se cumpre a palavra do que será feito para a população.

Independentemente do atual desarranjo fiscal, o princípio da **criatividade** deve estar presente desde o primeiro movimento da ação governamental. Traduz a **criatividade** na integração de programas, projetos e ações que atinjam resultados desejados e impactantes para a sociedade com o menor custo possível. Além de ser necessário incorporar os benefícios de novas tecnologias, a abertura de dados e informações públicos, bem como de canais de atendimento e avaliação, o que permitirá à população participar ativamente na proposição de soluções e melhorias às atividades e serviços governamentais, bem como o surgimento de novas parcerias ainda não experimentadas.

Outro princípio para alcançar a integridade fiscal e recuperar a credibilidade é a incorporação da **simplicidade** dos atos e procedimentos da administração pública. Ao se eliminar procedimentos e exigências burocráticos, o acesso e a resposta aos requeri-

mentos de cidadãos e empresas tornam-se mais racionais e céleres. Portanto, todos são beneficiados com a redução de custos, ao permitir que o tempo, então economizado, seja alocado em outras atividades do cidadão e das empresas.

Esse ganho em escala se traduz em aumento de oportunidades e no potencial de atração de parcerias com o Estado, favorecendo a criação de novos postos de trabalho. Um governo que se compromete em operar a máquina pública de forma mais simples e descomplicada precisa ter crença e determinação em modificar estruturas, vencer processos ultrapassados e investir em novas tecnologias e treinamento de seus servidores, para que gerem resultados nos quais a sociedade reconheça a **superação** da inércia de inúmeros procedimentos já percebidos como ultrapassados.

São princípios que nortearão o meu governo. Consciente de que reconstruir é tarefa mais árdua e complexa do que construir, enfrentaremos a atual crise fiscal e os desafios para voltar a crescer com determinação, sabedores dos obstáculos que teremos à frente.

CAMINHOS PARA A RECONSTRUÇÃO

Minas Gerais sempre foi afeita ao planejamento de longo prazo. Nos últimos 40 anos, esses estudos sempre foram basilares a sinalizar o futuro adiante.

Atualmente, houve uma abrupta interrupção na atividade de planejar o estado e de se fazer reflexões estratégicas de longo prazo. Estruturas técnicas afeitas ao planejamento foram colocadas à margem em momento tormentoso do ciclo econômico atual que vivemos.



É crucial voltar a planejar as atividades do estado e conferir-lhes prioridades. As políticas públicas deverão ser construídas com respeito às diferenças e promover a equidade, inclusive com realização de ações educativas e afirmativas, focadas na redução de assimetrias de oportunidades e de renda entre pessoas em virtude de sexo, raça e cor.

O Governo do Estado se pautará por uma luta sem tréguas para eliminar seus bolsões de pobreza e suplantando a miséria, considerando que a desigualdade entre as pessoas não pode ser medida simplesmente pelo critério da renda.

O tratamento adequado para a redução da desigualdade social deve abarcar, como já dito, o conceito de pobreza multidimensional, ao considerar que qualquer forma de privação a serviços públicos, bens e a direitos, bem como garantias fundamentais da pessoa humana – como a educação, saúde, habitação, água potável, eletricidade, saneamento básico, coleta de resíduos sólidos, acesso ao emprego e à renda e a bens de consumo e a proteção das minorias – impede que seja assegurada a dignidade, a autonomia das pessoas e o exercício pleno da cidadania.

O padrão de desenvolvimento alicerçado em qualidade de vida, prosperidade e sustentabilidade requer, primordialmente, que se alcance um novo patamar na qualidade da educação, a fim de romper, definitivamente, o ciclo de pobreza e desigualdade em que muitos jovens e suas famílias hoje se encontram.

Concentrar investimentos no desenvolvimento do professor e em novas metodologias de ensino, combinados com esforços para desenhar políticas públicas inovadoras, são condições indispensáveis para o futuro desejado dos mineiros.

O maior desafio para o futuro de Minas Gerais é manter uma escola bem estruturada, com professores motivados e bem treinados, que eduquem

bem as crianças, que formem jovens em condições de acesso ao mercado de trabalho e que lhes deem chance de ser cidadãos dignos. Trata-se de política que transbordará para outros governos, mas que carece de absoluta prioridade no momento presente.

Considerando-se que o ensino fundamental é de responsabilidade compartilhada com os municípios, é imprescindível que o Governo Estadual lidere e suporte os esforços de melhoria da qualidade da educação para todos os alunos, com a criação de novas estruturas de incentivo ao professor e de assistência metodológica.

Há, contudo, um desafio educacional a ser enfrentado. Crianças e jovens saem das escolas sem a proficiência adequada, com impacto direto sobre as taxas de evasão e distorção idade-série nos ensinos fundamental e médio. A educação precisa ser interessante para os jovens e, para isso, deve estar em sintonia com as atuais demandas da sociedade. É fundamental trabalhar com linguagem e formas de aprendizado mais modernas. Essa mesma lógica, também deverá ser aplicada na educação de jovens e adultos (EJA), que será fortalecida em âmbito estadual.

O mundo vem mudando de forma cada vez mais veloz, e as novas tecnologias devem ser levadas para dentro da sala de aula de modo a aproximar professores e alunos, possibilitando uma aprendizagem mais funcional e de melhor conteúdo. Além disso, é necessário facilitar o relacionamento dos pais com a escola, para que os jovens tenham um maior suporte para o seu aprendizado.

Em outra dimensão, o governo deve, ainda, ter especial atenção para com as universidades e a sua Fundação de Amparo à Pesquisa – Fapemig. Deverá promover maior interação com as instituições federais e fortalecer as universidades estaduais, sobretudo com o estímulo à pesquisa básica e aplicada em áreas intensivas em tecnologia.



Na agenda da segurança pública, o patamar alarmante de homicídio de jovens, fenômeno classificado pelo atlas da violência do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) como “juventude perdida”, é inaceitável. Esse dado deve respaldar a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de educação e ampliar as oportunidades de cultura, lazer, esporte, emprego e renda para os mineiros entre 14 e 18 anos de idade. Cabe ao governo monitorar as áreas de vulnerabilidade social para, por meio de abordagem multissetorial, desenvolver ações de prevenção. Situação semelhante deve ser direcionada em favor das minorias, sejam elas mulheres, negros, índios e a comunidade LGBTQTT+.

Ao lado das políticas de prevenção, o Estado deve enviar todos os esforços para assegurar que os mineiros se sintam seguros e não tenham o receio de exercer a sua liberdade, de transitar ou permanecer em áreas urbanas e rurais, públicas ou privadas, de verem violados os seus bens, sua incolumidade física e psíquica ou, até mesmo, a sua vida.

Para tanto, a efetividade das políticas de segurança pública depende, essencialmente, do planejamento e da execução de ações dos órgãos que integram essa área com base em dados e informações de delitos ocorridos e com potencial para ocorrer em determinada localidade. Diante disso, não há como se combater a perturbação da harmonia na convivência social da população mineira, em decorrência de crimes aqui praticados, sem a devida integração das ações e das informações dos órgãos vinculados ao Sistema Único de Segurança Pública, cuja criação pela Lei Federal nº 13.675/2018 é oriunda de projeto de lei de minha relatoria no Senado Federal.

A atenção à mulher merecerá dedicação especial na formulação das políticas públicas. Ações transversais dentro da estrutura do governo que priorizem sua integridade física, acesso ao mercado de trabalho, assistência pré e pós-natal e assistência ao

seu papel dentro da família estarão em destaque na agenda de desenvolvimento social que será elaborada em conjunto com os movimentos e entidades que representam esse debate.

Com o objetivo de os mineiros terem saúde com qualidade de vida, em especial, por meio dos serviços públicos de saúde e da universalização do saneamento básico, deve-se perseguir a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade do atendimento e a redução do tempo de deslocamento, espera e resposta, em todas as regiões do estado.

As políticas públicas em saúde serão concebidas a partir da perspectiva do cidadão e de suas necessidades, coordenadas com as demais esferas federativas e foco em prevenção e atenção primária, bem como a integração das unidades que compõem as redes de atenção à saúde. Devem ser construídas a partir da análise de evidências concretas sobre as ações que de fato sejam capazes de alterar a condição geral de saúde da população, permitindo, com isso, maior efetividade e, ainda, eficiência na alocação dos recursos. Para alcançar melhores resultados, serão necessárias intervenções eficazes, baseadas em estudos e focadas nos problemas que de fato se fazem mais críticos.

Faço também o compromisso de reverter, o quanto antes, o quadro de retenção dos recursos destinados à saúde, a fim de permitir que estado, municípios e entidades filantrópicas possam, de maneira integrada, desenvolver satisfatoriamente as políticas de atendimento ao cidadão.

O envelhecimento da população, o aumento da propensão a doenças crônicas (cardiovasculares e diabetes) e a grande incidência de problemas de saúde decorrentes de acidentes de trânsito e da violência são importantes fatores a serem enfrentados. A enfática redução da mortalidade materno-infantil em todas as regiões do estado também será retomada como prioridade.



Na cena econômica, é momento de revisitar os vetores econômicos e os obstáculos que precisam ser vencidos, para que se abram novamente os caminhos do desenvolvimento de Minas.

Um dos grandes objetivos do estado deve ser a retomada do crescimento da renda *per capita* dos mineiros e, de forma significativa, a redução das desigualdades entre pessoas e regiões. A ausência de oportunidades no mercado de trabalho e as deficiências da educação pública são barreiras a serem enfrentadas. Gerar novos e melhores empregos será prioritário.

A economia de Minas Gerais ainda está fortemente atrelada ao desempenho da agropecuária e da mineração, que continuam a impulsionar o desenvolvimento do setor de serviços e de inúmeros setores industriais. Entretanto, desafios significativos precisam ser suplantados.

O desafio de agregar valor à produção, que chegou a ser feito de forma positiva pelos mineiros no passado, hoje é um esforço que precisa ser retomado com vigor, com o apoio da ação governamental e pela busca contínua de eficiência e produtividade.

Da mesma forma, a transformação digital demanda especial atenção e suporte do Estado, uma vez que o uso de tecnologias de informação e comunicação pode ampliar a qualidade da produção de bens e a prestação de serviços, alterando por completo a dinâmica da sociedade.

Existem grandes oportunidades para economias estrategicamente integradas nas cadeias globais de produção e comércio que dispõem de forças de trabalho jovens, qualificadas, tolerantes ao risco, criativas e empreendedoras, que possuam sistemas logísticos eficientes e ambiente favorável à inovação. É nesse espaço que Minas Gerais deve se inspirar e situar-se com ousadia.

Os setores produtivos no estado com capacidade

para inserção internacional podem ser ampliados pela busca incessante por maior eficiência e produtividade, tanto com a incorporação de técnicas produtivas mais recentes quanto pela difusão das melhores práticas já consagradas.

Um obstáculo significativo hoje na economia de Minas Gerais é a queda brutal dos investimentos que precisam ser retomados urgentemente. Decisões por implantar novos negócios, expandir e atualizar os já existentes serão intensificados no momento em que o governo estabelecer como uma das suas principais estratégias a radical simplificação e a desburocratização de suas estruturas, incluindo os planos normativos, de procedimentos e licenciamentos de toda ordem.

Micro e pequenos negócios, urbanos ou rurais, merecem apoio governamental, não apenas por empregar o maior contingente de trabalhadores, mas, sobretudo, por não dispor, por si só, dos requisitos para promover a contínua atualização e o crescimento.

Ademais, grande parte das inovações tecnológicas e empresariais é gerada por startups. Minas Gerais conta com um potencial único no país para ampliar o seu contingente, o que exige maior assertividade no apoio e fomento governamental. As startups têm enorme poder de contribuição para a revolução do parque produtivo, dos serviços públicos e a vida cotidiana da população em geral. A iniciativa de demandar essas empresas dentro de modelos orientados deve ser fortemente priorizada. Nesse contexto, é urgente que Minas Gerais, com apoio qualificado do Governo Estadual, envide mais esforços no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, em parcerias com o mercado, com as universidades e centros de referência.

A busca por um crescimento ambientalmente sustentável é imperativa e apresenta, para o estado, tarefas cruciais de diversificação da matriz energética,



de tratamento de esgotos, de recuperação de rios e proteção de nascentes, da mitigação dos efeitos adversos da mineração, além da adaptação às mudanças climáticas. Há uma nova frente de oportunidades a partir da biodiversidade, do turismo ecológico, e de novos negócios associados à economia de baixo carbono.

Ressalte-se, ainda, que a simplificação e a desburocratização das normas aplicáveis, bem como dos procedimentos relacionados ao meio ambiente, sem prejuízo da atividade fiscalizatória, deve merecer atenção imediata por parte do Governo Estadual.

Investimentos em escolas, postos de saúde e hospitais, combinados aos da infraestrutura econômica, precisam ser retomados, tão logo seja possível, para superar os gargalos que impedem a melhor adaptação da economia aos novos padrões de competitividade e que prejudicam a oferta e o acesso a serviços públicos de qualidade em Minas. Reduzir tempo e custo de deslocamentos de pessoas e integrar regiões distantes dos equipamentos públicos e das rotas comerciais são imperativos para uma sociedade mais próspera e justa.

A existência de uma plataforma de transporte e logística moderna e eficiente, com forte articulação entre os diversos modais, há que ser buscada como um diferencial à atração de novos investimentos para o estado, em resposta a situação atual de forte precariedade, de absoluta ausência de planejamento e de equipamentos de infraestrutura em construção.

Enquanto os gargalos se multiplicam, o quadro é de total exaurimento da capacidade do poder público de investir, tanto na esfera federal quanto estadual. É imperioso dar uma guinada radical em busca de parcerias com o setor privado para o investimento e a gestão da infraestrutura. Requer-se a utilização de várias fontes de recursos, o que exigirá mecanismos de parcerias em que a contrapartida do setor

público seja a credibilidade e a confiança nas ações do governo.

É imperativo planejar, fixar prioridades com realismo, definir claramente as obrigações do Estado. Ter capacidade para inovar, estabelecer estratégias, incorporar instrumentos de mercado e aprimorar mecanismos de regulação só é possível quando existe confiança nos atos do poder público e na palavra de seu governante.

Deve-se buscar, persistentemente, construir um cenário em que Minas Gerais conte com uma nova plataforma de infraestrutura estabelecida com a mais estratégica rótula de logística do país, fator decisivo para a atração de negócios para o seu território.

Fazer com que Minas Gerais se transforme em espaço privilegiado para todos que querem empreender, inovar e desenvolver negócios sustentáveis, gerando renda e empregos, será um norte da nossa ação governamental na área econômica.

Economias avançadas utilizam-se, de forma intensiva, não apenas do conhecimento para progredir, mas também do valor intrínseco para a cidadania e a educação, bem como da cultura, que representam um formidável valor para a chamada “economia criativa”.

Ao par das políticas de preservação da memória, do patrimônio histórico e cultural, necessárias a propagar às gerações seguintes a riqueza, as origens da formação e a identidade da população mineira, a qual se apresenta e se intensifica pela dimensão territorial de Minas Gerais em diferentes modos de falar, expressar e se relacionar com os outros, reside um rico manancial a ser fomentado pelo Estado no que se conhece como a “economia da cultura”. Somam-se outros ativos riquíssimos, como o artesanato e o que se serve à mesa. Trata-se de uma das vertentes mais promissoras da dita “economia



criativa". É urgente uma política inteligente de divulgação e promoção desse potencial único e que coloque Minas, definitivamente, entre as principais rotas do turismo cultural, gastronômico e histórico do país.

Minas é um estado impregnado na tradição de sua cultura e que conta com um patrimônio riquíssimo, que deve ser valorizado, preservado e ampliado. Mais do que isso, é preciso um esforço direcionado do governo para, em conjunto com a iniciativa privada, garantir a ampliação do investimento no setor,

permitindo a realização de projetos por artistas novos e renomados e a divulgação de seus trabalhos.

Os caminhos para a reconstrução do estado ora apresentados, como diretrizes gerais, não têm o propósito de exaurir todas as iniciativas de resgate da dignidade da população mineira, pois, tratando-se de um projeto a ser elaborado por todos os setores da sociedade, públicos e privados, é na correta e segura condução do governo que tomará substância e a abertura para, sempre que necessário, adaptar-se a responder aos anseios da sociedade.





O COMPROMISSO COM OS MINEIROS

Quero fazer um governo voltado para a qualidade de vida das pessoas. A sua integridade física, econômica, funcional e emocional são as razões basilares da ação do Estado organizado.

Para isto, o primeiro e urgente movimento de gestão será o da **superação**, dedicado ao saneamento e reequilíbrio das finanças públicas do Estado, hoje destroçadas. Será o esforço concentrado para deixar para trás as travas que hoje engessam toda a administração pública e inibem o setor privado a investir. Com total transparência, darei ciência à população da situação e das medidas que serão adotadas para corrigir o atual descontrole e fixar o rumo do estado.

Esse esforço concentrado para “arrumar a casa” será voltado para retomar, em bases realistas, a capacidade de honrar o pagamento, em dia, dos salários dos servidores e dos aposentados e lutar para a volta à normalidade do fluxo dos recursos que per-

tencem aos municípios e dar-lhes oportunidade de levar adiante seus planos locais de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que cuidaremos da emergência em recuperar a integridade fiscal do Estado, disseminaremos os fundamentos da **inovação** em todos os setores da administração pública, bem como para a iniciativa privada, fundamental para fincar os esteios da **reconstrução** de Minas.

Vou empenhar-me para fazer emergir um ambiente de credibilidade nas ações do governo junto à população, aos prefeitos, aos empreendedores e junto da sociedade civil organizada para destravar o investimento.

Toda a minha energia e a da minha equipe estarão voltadas à criação das condições essenciais para a volta da normalidade do funcionamento do Estado, acalentando, desde o primeiro momento, o sonho que repousa em todos aqueles e aquelas que amam Minas Gerais, de que os ventos da prosperidade retornem às nossas montanhas e o território mineiro volte a ser novamente atraente para todos aqueles que querem investir em clima de paz e segurança.

Antonio Anastasia



ANTONIO
ANASTASIA
GOVERNADOR VICE MARCOS MONTES

